



ATA DA 74ª (SEPTUAGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

**1 – Data, hora e local da realização:**

Reunião realizada no dia 18 (dezoito) do mês de agosto de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 74ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 09.00 às 12.00 horas.

**2 – Participantes:**

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE  
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE  
Silverio Crestana – membro do CAE

**Secretaria de Governança:**

- **Milton Frasson**
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

**1 – Planejamento do CAE – 9h às 9h15 - Membros do CAE**

**Secretaria abre a sala somente – aguardar para ingressar com comunicação via WhatsApp.**

Houve inversão das apresentações da DPO e GRI que constam na pauta por questões de praticidade e economia de tempo.

**2.1 LGPD- Atualizações no cronograma LGPD**

**- Olívia Shibata Nishiyama - DPO**

**Documentos disponibilizados:**

**- LGPD CAE Agosto.**

A Sra. Olivia - DPO iniciou sua explanação dissertando sobre as atualizações do cronograma colocadas em prática.

- Comunicou que a publicação da norma específica para o canal de comunicação foi suprimida do cronograma, após discussões internas concluindo-se que as normas do SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) são suficientes para pautar o procedimento de dados no rumo normal de nosso Canal. Assim, foi descartada a necessidade de norma específica para regulamentação de nosso Canal.
- Relatou que os treinamentos através do Curso online foram realizados por 90% (noventa por cento) dos colaboradores, segundo última atualização divulgada na presente data, no total de 7000 mil colaboradores.

O CAE ressaltou a importância da efetiva realização dos treinamentos pelas Diretorias, Conselhos e aos próprios membros do CAE. Reiterou solicitação de disponibilização do mesmo para que o Comitê avalie, e junto ao Diretores, Conselheiros promova o exemplo aos colaboradores.

Foi esclarecido pela Sra. Leila que por uma razão de ordem técnica, ajustes na informática o curso não foi disponibilizado ao CAE. Houve autorização que consta em ata, e a efetivação não ocorreu em função do bloqueio automático do sistema que se dá, automaticamente, de três em três meses no "login" CPTM. A questão será prontamente solucionada.

O CAE reafirma a necessidade de realizar o treinamento para dar exemplo, e reitera a recomendação aos Conselhos. Há solicitação de resolução do efetivo acesso, para que em 7 (sete) dias a partir do encaminhamento do link os membros do CAE possam realizar o curso.

A Sra. Olívia finaliza a apresentação expondo que:

- iii) em julho foram inseridas novas cláusulas nos contratos, nos termos de Notas Técnicas, totalizando três modificações.
- iv) Foi publicada a adequação de cláusula simples de privacidade, e, cláusula mais específica para o tema, houve redação de minuta de aditivo contratual e adequação aos contratos já vigentes, bem como outra para casos com grande volume de dados.

O CAE pergunta se há mapeamento dos contratos antigos já adequados a LGPD. Tendo em vista a publicação ter ocorrido em 30/07 o processo de verificação está sendo iniciado.

O CAE questiona se houve neste mês, multa ou penalização por infração à LGPD. Se há mapeamento de risco, e qual a possibilidade e a área em que receberíamos a penalidade.

A Sra. Olívia esclarece que por hora não há previsão de multa pecuniária para o Setor Público, o processo atualmente é pedagógico. Respondendo o questionamento, a Sra. Olívia expõe que o risco atual se dá por denúncia de titular de dados, caso não seja atendido, é preciso treinamento e prontidão para que se responda aos titulares de dados.

Com a adequada manifestação do canal ao titular dos dados há maior segurança. Não se pode falhar em caso de denúncia dando como exemplo um titular instado a fornecer seu nome e CPF por um funcionário na estação. Se o operador der as respostas, justificando o pedido dos dados, nos eximimos de riscos.

O CAE questiona a respeito dos funcionários terceirizados, caso ocorra a denúncia de compartilhamento de dados, ao que a Sra. Olívia responde haver mapeamento.

Há questionamento quanto a regularização das imagens de câmeras de vídeo para segurança. A Sra. Olívia responde que ainda não houve a regularização formal, porém que o terceirizado que faz a manutenção não tem acesso aos dados. Os contratos devem ser adequados a lei, lembrando que o armazenamento das imagens se restringe a 30 (trinta) dias, com posterior descarte, estando as mesmas sob tutela da CPTM.

O CAE indaga a Sra. Olívia se ela tem conhecimento de alguma companhia que sofreu denúncia e sanção. Olívia comunica ter ciência de uma empresa de transporte de carga no Sul, no momento em que o titular dos dados se cadastrava com funcionário que não obteve treinamento adequado, sem embasar e esclarecer a razão da requisição dos dados.

O CAE menciona a existência de ocorrências na linha 4 do Metrô onde há imagens com identificação facial, ingresso de ações sem julgamento ainda, porém, com aplicação de penalidade. Desta forma consigna que o cronograma e as políticas configuram documentos importantes no caso de autuação, no momento atual, sendo essencial que conste o prazo para adequação no cronograma, como meio de proteção em eventuais autuações.

  2



## **2.2 - Gerência de Conformidade, Controles Internos e Riscos**

**– Sérgio de Carvalho Junior - GRI**

Documentos disponibilizados:

- Reunião CAE Matriz de Risco e CCI 18ago21.

O Sr. Sergio de Carvalho Junior – GRI expõe que:

- i) Existem 14 (quatorze) grandes riscos encontrados, agrupados em 6 (seis) assuntos que foram aprovados pela Diretoria para trabalhar o desenvolvimento das KRIs, ou Indicadores Chave de Risco.
- ii) O Mapa de calor que pauta as ações, os assuntos que serão trabalhados nas KRIs.

O CAE entende que a gestão política é mais interna, no entanto, recomenda atenção aos riscos externos. Seria interessante uma caracterização mais adequada dos riscos, sua definição.

O Sr. Carlos Eduardo explica que:

- i) a aprovação da metodologia se deu antes de se ir a campo. (riscos, metodologia, identificação)
- ii) O dono do risco é o proprietário do processo. A partir daí se usa a base do planejamento estratégico.
- iii) Houve o auxílio da ARE – Sr. Maicon Satiro no suporte de gestão, foram elaborados dois questionários, o primeiro com perguntas fechadas, com reuniões posteriores e o segundo aplicado em reuniões presenciais com perguntas abertas, para o registro do que foi falado pelos diretores.
- iv) Os assuntos que precisavam ser avaliados como risco, fonte e o dano a partir do estudo. Houve agrupamento por similaridade, e solicitação aos Diretores que externassem o grau da fonte de risco no impacto.

O CAE solicita seja efetuada uma melhor descrição de riscos.

O Sr. Carlos Eduardo elenca: controle externo, segurança de dados. Atrás de cada risco há o mapeamento da ponta do risco. Explica que os KRIS podem ou não ser indicadores de performance.

A combinação do desenho principal da metodologia, a gradação intuitiva (3x3) e a ponderação das notas resultaram no mapa de calor.

O Risco é avaliado no cenário interno e externo. Há pouca gerência sobre os mesmos, porém deve-se tomar atitude ao se constatar que são severos os possíveis danos estudados, mas mesmo com pouca gerência é possível tratar os riscos achados.

O Sr. Sergio afirma que os gestores estão fazendo um trabalho importante, mas ainda há que se evoluir.

O Dr. Milton Frasson aponta óbices quanto a contratação de Consultoria, tendo em vista que o Comitê Gestor de Gastos Públicos, não vêm aprovando nada para empresas dependentes.

### **Comentários e Sugestões do CAE**

Diante do início das autuações e eventuais aplicações de sanções por descumprimento da LGPD, ainda não havendo noção do direcionamento dos julgados e posição do Judiciário, que passe sempre a constar nos cronogramas de implantação da LGPD os prazos para adequação, como ferramenta de proteção em autuações.

Ep. A 3

O CAE frisa que a área de risco deve ter autonomia e independência com relação a Diretoria no mapa de risco. Necessitamos de mapas de calor mais críticos.

A matriz de risco é trabalhosa, nada trivial, sendo fundamental a caracterização dos riscos para que haja segurança de dados.

Por traz da matriz deve haver denominação, caracterização dos riscos, com independência quanto a Diretoria no que tange o mapa de risco.

Os mapas de calor poderiam ser mais críticos. A Atividade interna deve apontar os riscos e demandam como foi o processo.

Há recomendação de que as questões sobre o risco de danos e seu tratamento sejam levadas ao Presidente da Companhia. Houve reforço interno, chegou-se a um bom ponto, sendo importante na fase de avaliação e orientação contar com uma Consultoria específica.

As barreiras e problemas para a contratação da Assessoria são reconhecidos, mas o CAE entende que para que haja mudança no cenário é necessária a intervenção, concessão do CODEC apoiando a contratação como prioridade. Há áreas em que os riscos devem ser mapeados por especialistas, como nos Novos Negócios, pois há riscos externos. A Consultoria deve ser mostrada como estratégia nos termos da Lei 13.303, e deve constar como uma recomendação e tema sob supervisão do Comitê.

O trabalho é elogiado pelo Comitê, uma vez que ao chegar ao risco é demonstrado o compromisso da Companhia na direção dos riscos. São feitas duas ponderações no sentido que a área possa contar com consultores, especialistas para avanço do processo, para que se invista e priorize a adequação na formulação das estratégias específicas para lidar com o risco.

O CAE mostra-se satisfeito com os resultados, tendo enxergado explicitamente o que antes não aparecia, e pondera que o desafio é construir a metodologia, e, constatar que houve cumprimento. Afirma que haverá muitas revisões.

### **3. DRAU – Juliana Stark**

- Acompanhar a execução do plano de ações para eliminar as deficiências apontadas;
  - Relato dos Trabalhos de Auditoria Interna em andamento no mês;
  - Pendências – Reuniões anteriores:
    - 1) Auditoria independente – edital e licitação
    - 2) Embasamento para aprovação do PAINT pelo CA
    - 3) Relação dos contratos da CPTM e contratos auditados
    - 4) Lista dos trabalhos da auditoria, equipes responsáveis pela auditoria e gestores das áreas auditadas.
    - 5) Apresentação mais gerencial sobre o RAUD dos contratos de vigilância
- 3.1) Feedback avaliação da auditoria – Juliana Stark e equipe

#### **Documentos disponibilizados:**

- Licitação Auditoria Independente - andamento
- Licitação Auditoria Independente – edital
- Aprovação do PAINT CA
- Contratos ativos CPTM x contratos auditados
- Trabalhos 2021 x equipes x gestores auditados
- RAUD 593 – contratos de vigilância
- DRAU – Atividades até 12-08-2021
- REL59721- Honorários de sucumbências – CPTMDCI201108986A

4



**Acompanhamento dos trabalhos de 12/07/2021 à 12/08/2021**

Num primeiro panorama, os trabalhos acumulados no período aguardando plano de ação, que são 11 dentro do PAINT.

Trabalho dos honorários advocatícios sucumbências

Relatório emitido com a apresentação de slides:

Avaliação dos controles, segregação de funções uma vez que passa por vários setores de conferências externas.

O valor é irrelevante no período apurado, tendo em vista que são 40 advogados, e os honorários são recebidos na CPTM através de Associação criada para esta finalidade, e a partir daí há divisão do valor entre os advogados.

O CAE aprova o procedimento, que permite rastreabilidade e recomenda a atualização e comunicação à GRI. Existe controle normativo interno, o trabalho da auditoria antecede o mapeamento da GRI. No momento avalia-se o trabalho da 3ª linha, o processo desenhado, controle, normas cumpridas, procedimentos de pagamentos, há critérios estabelecidos, o que antes não acontecia na GRI.

Restava apenas o parecer dos honorários, ora apresentado.

O CAE pondera que o relatório é bom no sentido da recomendação à Gerência Jurídica. Afirma que a materialidade depende de processos de grande valor. Questiona que pode haver risco, as em associações conduzidas por advogados em nome da empresa, não há pessoalidade. Indaga que há gratificações extra?

O risco pode existir em grandes processos, quando a valores vultosos de honorários a ser pagos ou quando o advogado que defende a empresa está auferindo salário maior.

A Sra. Juliana – DRAU responde se tratar de lei, não sendo possível alterar nada quanto aos honorários sucumbenciais.

O Comitê afirma que o Jurídico também deve participar da gestão de riscos. Questiona como é realizado o monitoramento da GRJ para a atualização. As auditorias são feitas através do mapeamento atualizado da GRJ, se existem denúncias, se a Ouvidoria participa, se Há mapeamento revisado antes da etapa de planejamento.

Dissertam que em dados momentos pode haver oscilações de valores, que nos 15 meses de auditoria há amparo na fixação dos honorários. Desta forma reputam importante que quando houver valor mais relevante nos honorários busque-se o controle de que não haverá interferência na condução do processo para promoção do aumento da sucumbência.

A Sra. Juliana – DRAU afirma que em termos de controle os procedimentos são os mesmos, existem as instâncias de aprovação.

A Sra. Juliana continua a apresentação com a Abertura dos trabalhos em andamento, em campo, os que aguardam plano de ação, os depósitos judiciais, Covid monitorado, processos de expansão.

O CAE pergunta qual é a data para terminar as contingências. Pela Sra. Juliana – DRAU entende que no momento o processo é de consolidação da matriz, para discussão com as áreas. Para os depósitos são necessários mais três testes, acredita que as contingências entrarão provavelmente no último corte do próximo mês.

**Licitação da nova auditoria externa**

5



A licitação objetivando a contratação da nova empresa de auditoria externa está em andamento, o pregão foi realizado, houve a apresentação de recurso, por parte de uma participante do pregão, que foi negado provimento. Após o término dos prazos legais, se não houver mais questionamentos, a Mazars poderá ser considerada a vencedora.

O CAE solicita a Sra. Juliana que quando finalizada a respectiva contratação, faça um primeiro contato para alinhamento, reforçando a atenção aos posicionamento do Comitê conforme o termo de referência e em seguida, agende uma apresentação para que se estabeleçam os pontos de controle, as exigências e transcrições do termo de referência

### **3 e 4) Relação dos contratos da CPTM e contratos auditados**

Todos os contratos ativos com numeração estão no ciclo de auditoria de 2019 em diante, conforme os percentuais e valores:

29% R\$ 33.490,19

29% R\$ 33222,47

42 % R\$47.282,74

São auditadas as etapas de processo em que há risco de fraude e os mais representativos. Foram auditados 474 contratos que representam em valor 70% (setenta por cento) do total. Atualmente os contratos de limpeza e manutenção de trens estão sendo auditados. Serão vistos também os contratos com CBTC e CTrens.

As etapas críticas são: a licitação, parecer jurídico e o processo de inventário.

O CAE demanda como foram classificados os Novos Negócios. A Sra. Juliana responde que nos contratos a receber e a pagar são aqueles em que a CPTM ocupa a posição de cliente. Os contratos a receber são: os leilões, exploração publicitária, contratos de outorga, exploração comercial (2019/2020).

A Sra. Juliana pergunta se os contratos devem ser agregados por áreas ou tipo de contratação. O indicador de monitoramento deve existir do início ao final dos contratos. A Sra. Juliana afirma que assim consta no PAINT.

### **5) Apresentação mais gerencial sobre o RAUD dos contratos de vigilância**

O processo de análise e sugestão de ajustes nos relatórios de auditoria é contínuo, sempre haverá possibilidades para melhorias nos campos de certificação, satisfação profissional, missão e responsabilidade.

Assim, é benéfica a participação do CAE, e seria interessante que toda a Companhia entendesse a importância da auditoria, valorizando a transparência e cultura de *compliance*.

Quanto a qualidade da equipe é nítida um esforço à integração de novos membros com experiências distintas e abrangentes, o que agrega. Há apoio do CAE para certificação individual e compra de software específico para a área, o que deve ser o próximo passo, tendo em vista que há limite no trabalho de Auditoria.

A implantação de um bom software proporcionará maior qualidade aos serviços. Existe margem para melhorias que devem ser sanadas com a apresentação de relatórios de modo mais completo e complexo.

O CAE menciona os contratos de vigilância, com apresentação mais gerencial, disponível como um trabalho relevante no ponto de importância da auditoria. O objeto da Auditoria é a separação dos objetos, no caso vigilância patrimonial e movimentação de vigilância eletrônica.

Juliana discorre destacando que na vigilância patrimonial o sistema de vídeo Monitoramento (SVM) e controle de acesso (SCA) são terceirizados, porém envolvidos diretamente nos riscos da empresa e que a DPO tem conhecimento.

O CAE tratará via *e-mail* ou *WhatsApp* 9 (nove) pontos de Recomendações para melhorar o processo. Os controles não eram suficientes à mitigação de riscos identificados. O Relatório contribuirá para aliviar os problemas de gestão com a LGPD e área de risco. O relatório ajustado deverá ser reanalisado pelo Comitê., o mesmo será retomado para inclusão nesta ata de reunião.

#### **Comentários e Sugestões do CAE**

O CAE sugeriu melhoras específicas a auditoria que tem acolhido e colocado em prática para públicos distintos. A avaliação é positiva, com expectativa de melhoria permanente e continuada, tendo em vista que sempre há aspectos a serem melhorados. É um processo construtivo.

#### **3.1) Feedback avaliação da auditoria – Juliana Stark e equipe**

A equipe da Auditoria é apresentada, com exceção da nova contratada Barbara, os senhores Lucio, Érica, José Antônio, Maria e Silas têm a palavra para discorrer a respeito de suas formações, experiências, expectativas, áreas específicas, os membros do CAE interagem e formalizam sua apresentação, seguida de uma conversa entre todos.

O CAE menciona as inovações, tecnologias de ponta para o auxílio e capacitação da equipe, que passa a trabalhar com foco na certificação.

A função da Auditoria é provocar: analisar, perguntar, verificar, duvidar, colocar em xeque para gerar atitude reativa, provocar uma evolução. Há a identificação dos erros do passado, e hoje com a participação no processo de análise, investigação, estudo foram mudados os procedimentos, o que auxilia muito a gestão.

Uma auditoria empreendedora antevê os problemas e consegue evitar as consequências.

A auditoria deve trabalhar a frente do tempo, em parceria com o *compliance* (para que se evitem fraudes, desvios nas empresas).

O CAE afirma que a Auditoria é um dos principais instrumentos da CPTM para evitar estes problemas. Parabeniza a equipe e enaltece seu papel relevante no trabalho prestado, nos avanços que esse trabalho constitui. Afirma que a Auditoria é custo é eficiência, podendo a CPTM conseguir o reconhecimento do instituto dos Auditores.




Os relatórios de auditoria são feitos para o usuário, não para o auditor, assim, o feedback deve ser claro para os demais, os não especialistas na área

O CAE agradece a presença da equipe e reforça que o software e a inteligência artificial são de grande relevância, a capacitação é indispensável junto ao suporte tecnológico.

#### **Comentários e Sugestões do CAE**

O CAE recomenda ponto de atenção não por questão material, mas é preciso controle uma vez que todos os cuidados se voltam para a defesa do interesse da Companhia.

Solicita a Auditoria um relatório de uma ou duas páginas dos contratos a receber, com a especificidade do tipo de contratação, por quantidade e valor, materialidade e quantidade dos contratos, requer também se acrescente a agregação da forma, com conciliação das duas.

  
 7 

O Comitê entende que há evoluções na execução do trabalho de forma apropriada, e que no enfoque da auditoria interna, que trabalha com risco chave e atenção, é recomendada maior interação com as gerencias para que não ocorra a sobreposição de trabalho, especialmente agora, que há matriz de risco.

Os membros do CAE vêm indicando áreas onde seria relevante a entrada da auditoria, como um estímulo. Entendem que a Companhia está mudando com as concessões, implantação de novos negócios, questões que tornam mais importante a presença da auditoria.

4 - Pendências:


PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Acesso ao Curso - LGPD	Secretaria de Governança
Link para acesso ao Talk-Show da Auditoria	Juliana Stark

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

  
\_\_\_\_\_  
ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT  
Coordenadora

  
\_\_\_\_\_  
AFONSO ANTONIO HENNEL  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
SILVERIO CRESTANA  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
MILTON BRASSON  
Secretário